Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE

EBTE
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 10.319.371/0001-94

Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - "EBTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2012, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A - "EBTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de quotista ou acionista, parceiro em *joint venture* ou membro de consórcio, observados os limites do seu objeto social. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 011/2008 - ANEEL, datado de 16 de outubro de 2008, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia, a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na manutenção e operação das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela "linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 232 km, com origem na Subestação Maggi e término na Subestação Juba; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 106 km, com origem na Subestação Parecis e término na Subestação Maggi; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 215 km, com origem na Subestação Juina e término na Subestação Maggi; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 145 km, com origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação Sorriso; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 77 km, com origem na Subestação Sorriso e término na Subestação Sinop; pela Subestação 230/138/13,8 kV Parecis (300MVA) e pela Subestação 230/138/13,8 kV Juína (100MVA), sendo todas as linhas de transmissão e subestações localizadas no Estado de Mato Grosso; entradas de linha, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio." **Sistema de transmissão:** O sistema da EBTE integrará a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A companhia aufere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2012	2011
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100,00%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o totalde horas no período considerado. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

	Regulatório	Societário
Resultado do exercício	(995)	17.916
EBITDA	23.034	39.048

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradores, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)	31/12/10 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5	1.268	1.319	26
Investimentos de curto prazo	6	1.383	6.272	4.875
Títulos e valores mobiliários	7	7.286	13.827	–
Contas a receber ativo financeiro	8	40.895	31.477	21.772
Impostos a recuperar		1.880	826	262
Estoques		268	–	–
Adiantamento a fornecedores	9	6.312	10.944	13.575
Outras contas a receber		1.816	34	29
		61.108	64.699	40.539
Não circulante				
Contas a receber ativo financeiro	8	461.612	451.235	390.568
Outros ativos		1.288	416	–
Imobilizado		203	23	23
Intangíveis		24	1	–
		463.127	451.675	390.591
Total do ativo		**524.235**	**516.374**	**431.130**

	Nota	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)	31/12/10 (Reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	14.297	14.434	13.851
Fornecedores		17.156	23.866	5.958
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	2.261	2.672	3.111
Dividendos a pagar		–	3.408	3.408
Taxas regulamentares		1.220	894	–
Outras contas a pagar		6.323	4.845	5.083
		41.257	50.119	31.411
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	142.245	156.097	157.961
Adiantamento de clientes		662	843	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	26.565	17.133	8.638
		169.472	174.073	166.599
Patrimônio líquido				
Capital social		263.058	263.058	219.759
Reservas de lucro		50.448	29.124	13.361
Total do patrimônio líquido	14	313.506	292.182	233.120
Total do passivo e patrimônio líquido		**524.235**	**516.374**	**431.130**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Especial de dividendos	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009		**156.499**	**–**	**–**	**2.419**	**–**	**–**	**158.918**
Aumento de capital		63.260	–	–	–	–	–	63.260
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	14.350	–	14.350
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal		–	718	–	–	(718)	–	–
Dividendos declarados		–	–	–	–	(3.408)	–	(3.408)
Reserva de lucro do exercício		–	–	–	10.224	(10.224)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010		**219.759**	**718**	**–**	**12.643**	**–**	**–**	**233.120**
Aumento de capital		43.299	–	–	–	–	–	43.299
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	15.763	–	15.763
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal		–	787	–	–	(787)	–	–
Reserva de lucro do exercício		–	–	–	14.976	(14.976)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011		**263.058**	**1.505**	**–**	**27.619**	**–**	**–**	**292.182**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	17.916	–	17.916
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal		–	896	–	–	(896)	–	–
Reserva de lucro do exercício		–	–	–	20.428	(17.020)	–	3.408
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14	**263.058**	**2.401**	**–**	**48.047**	**–**	**–**	**313.506**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	**50.323**	**101.572**
Custo operacional			
Pessoal		(1.689)	(1.155)
Material e serviços de terceiros		(4.196)	(1.866)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(172)	(130)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(4.317)	(59.882)
Outras		(337)	(206)
		(10.711)	(63.239)
Lucro bruto		**39.612**	**38.333**
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(453)	(262)
Pessoal e administradores		(111)	(97)
Depreciação e amortização		–	–
		(564)	(359)
Resultado de equivalência patrimonial		**–**	**–**
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		**39.048**	**37.974**
Despesas financeiras	16	(13.077)	(14.723)
Receitas financeiras	16	1.377	1.007
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		**27.348**	**24.258**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(9.432)	(8.495)
		(9.432)	(8.495)
Lucro líquido do exercício		**17.916**	**15.763**
Participação de não controladores			
Lucro líquido do exercício		**17.916**	**15.763**
Lucro por ação básico e diluído - R$		0,07	0,06
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)		263.058	263.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício	17.916	15.763
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**17.916**	**15.763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	27.348	24.258
Itens que não afetam as disponibilidades		
Juros e variação monetária sobre empréstimos	12.497	10.862
Receita de aplicações financeiras	(214)	(472)
Baixa de Ativos	–	5
	39.631	34.653
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	6.541	(13.827)
Contas a receber ativo financeiro	(19.795)	(70.372)
Impostos a recuperar	(1.054)	(564)
Adiantamentos a fornecedores	4.632	2.631
Estoques	(268)	–
Devedores diversos	(2.654)	(421)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(6.710)	17.908
Tributos e contribuições sociais pagos	(411)	(439)
Taxas regulamentares	326	894
Credores diversos	1.478	(238)
Adiantamento de clientes	(181)	843
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	21.535	(28.932)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicações financeiras	19.046	31.509
Aplicações financeiras	(13.943)	(32.434)
Aplicações no imobilizado	(180)	(5)
Aplicações no intangível	(23)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	4.900	(931)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	–	43.299
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(26.486)	(12.143)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	(26.486)	31.156
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(51)	1.293
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.319	26
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.268	1.319
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(51)	1.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional: A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "EBTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 - 6º andar - Sala E - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):

Contrato de concessão: Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
11/2008	30	2038	36.915	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.313/2012, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria, em 21 de fevereiro de 2013. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2 Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, seguros e meio ambiente, não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e 2010:** Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e também a melhor comparabilidade dos saldos a Companhia efetuou os seguintes ajustes e reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011 e 2010: (i) Tributos e contribuições sociais diferidos: em processo de análise e conciliação dos saldos contábeis, a Companhia concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes nos saldos de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Estes ajustes se deram em virtude da mudança de tributação de lucro real para presumido ou lucro presumido para real. (ii) Reclassificação dos saldos da rubrica de caixa e equivalente de caixa para investimentos de curto prazo, por se tratar de itens cujo o prazo, entre a data da emissão e o vencimento excedem três meses. O sumário dos ajustes e reclassificações realizados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é apresentado como segue:

31/12/2011	Original	Ajustes	Reapresentado
Balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	7.591	(6.272)	1.319
Investimentos de curto prazo (ii)	–	6.272	6.272
Ativo circulante	64.699	–	64.699
Passivo não circulante (i)	172.847	1.226	174.073
Patrimônio líquido (i)	293.408	(1.226)	292.182
DRE			
Lucro líquido do exercício (i)	15.743	20	15.763
DFC			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (i)	(28.460)	(472)	(28.932)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (ii)	(6)	(925)	(931)

31/12/2010	Original	Ajustes	Reapresentado
Balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	4.901	(4.875)	26
Investimentos de curto prazo (ii)	–	4.875	4.875
Ativo circulante	40.539	–	40.539
Passivo não circulante (i)	165.353	1.246	166.599
Patrimônio líquido (i)	234.366	(1.246)	233.120

3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios: • Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício. • Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários:** Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários e estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de "reserva de disponíveis para venda", no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efeitos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Estão representados por investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo. **3.1.3 Contas a receber - ativo financeiro:** De acordo com o ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. A Companhia classifica os saldos de Contas a receber - ativo financeiro, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável. O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.5 Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2012, 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.3.1 Provisões para litígios:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de , conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.4.1 Liquidação de passivos financeiros:** A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Tributação: 3.6.1 Impostos sobre a receita de transmissão:** A receita de transmissão está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%. Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.6.2 Correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **3.6.3 Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. **3.8 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos. **3.10 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad referendum da assembleia geral ordinária. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra o saldo de lucro líquido como "reserva de retenção de lucros" no patrimônio líquido. **3.11 Taxas regulamentares: 3.11.1 Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP. **3.11.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.11.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP. **3.12 Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. **3.12.1 Receita de transmissão de energia elétrica:** O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de desenvolvimento de infraestrutura; • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de operação e manutenção; • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. **3.12.2 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.13 Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Para o cálculo do resultado diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição. **3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **3.14.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros. **3.14.2 Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. **3.14.3 Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.14.4 Provisão para litígios:** A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.14.5 Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro. **3.14.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento de desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro. **3.14.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros:** A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento. **3.14.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia registra a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura. **3.14.9 Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n° 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não estão em vigor para o exercício de 2012: • IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras - A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a sua aplicação não apresentará impactos relevantes. • IFRS 13 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Caixa	2	2	5
Bancos - depósitos à vista	34	106	21
Aplicações financeiras	1.232	1.211	–
	1.268	**1.319**	**26**

6. Investimentos de curto prazo: Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes e são considerados instrumentos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 os saldos eram de R$ 1.383, R$ 6.272, R$ 4.875, sendo remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI as taxas que variam de 98% a 101% (99% a 101% em 2011 e 98% a 101% em 2010). **7. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2012 à Companhia manteve saldo de R$ 7.286 (R$ 13.827 em 2011) referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. **8. Contas a receber - ativo financeiro:** Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União - Poder Concedente e a EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A., regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EBTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	**412.340**
Receita de operação e manutenção	4.253
Receita de remuneração dos ativos da concessão	37.443
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	63.148
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(34.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**482.712**
Receita de operação e manutenção	7.962
Receita de remuneração dos ativos da concessão	42.377
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	4.317
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(34.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**502.507**
Contas a receber ativo financeiro - circulante	40.895
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	461.612
Total circulante e não circulante	**502.507**

9. Adiantamentos a fornecedores: Como prática comercial e financeira a empresa adianta valores aos fornecedores baseada nas medições indicadas pelo avanço das obras devidamente certificadas pela sua área técnica. Em 31 de dezembro de 2012 a companhia registrou um saldo de R$ 6.312 (R$ 10.944 em 2011 e R$ 13.575 em 2010), esses valores serão baixados após a emissão dos respectivos documentos fiscais. **10. Empréstimos e financiamentos:**

	31/12/12: Circulante: Encargos	31/12/12: Circulante: Principal	31/12/12: Não circulante: Principal	31/12/12: Total	31/12/11: Total	31/12/10: Total
BNDES (a)	411	10.963	125.150	136.524	147.612	147.895
BNDES (b)	34	2.889	17.095	20.018	22.919	23.917
	445	13.852	142.245	156.542	170.531	171.812

a) Em março de 2010 a companhia captou o total de R$ 71.756, os encargos correspondentes a TJLP, acrescido de juros de 2,56% ao ano. A quitação ocorre em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em maio de 2025. b) Em agosto de 2010 a companhia captou o total de R$ 23.498, os encargos correspondentes a juros de 4,5% ao ano. A quitação ocorre em 102 prestações mensais, com vencimentos finais em novembro de 2019. Em garantias foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva. Os contratos com o BNDES exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas, após o início das amortizações. A Administração da Companhia mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. As cláusulas restritivas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,30, ao longo do prazo de amortização. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2014	13.851
2015	13.851
2016	13.851
2017	13.851
2018 até 2025	86.841
	142.245

11. Tributos e contribuições sociais a recolher	31/12/12	31/12/11 (Reapresentado)	31/12/10 (Reapresentado)
Passivo circulante			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	39	64	38
PIS E COFINS	421	472	–
ICMS	1.394	1.415	2.132
Outros	407	721	941
	2.261	**2.672**	**3.111**
Passivo não circulante			
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	**26.565**	**17.133**	**8.638**

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2009	**1.246**
Imposto diferido reconhecido no resultado	7.392
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**8.638**
Imposto diferido reconhecido no resultado	8.495
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**17.133**
Imposto diferido reconhecido no resultado	9.432
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**26.565**

12. Provisão para litígios: A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2012 o valor envolvido estimado foi de R$ 160, em processos cíveis e R$ 15 em processos trabalhistas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R$ 224, em processos regulatórios (R$ 201 em 2010). **13. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com partes relacionadas. **14. Patrimônio líquido: 14.1 Capital social:** O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2012 é de R$ 263.058, representado por 263.058.339 ações ordinárias, sem valor nominal:

	Quantidade de ações: Integralizadas: Ordinárias	% do capital: Votante	% do capital: Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	134.159.748	50,999998%	50,999998%
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	128.898.583	48,999999%	48,999999%
Membros do Conselho de Administração	8	0,000003%	0,000003%
	263.058.339	100,000000%	100,000000%

14.2 Reserva de lucro: 14.2.1 Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 14.2.2 Reserva de retenção de lucros: Conforme a modificação introduzida pela Lei n° 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2012, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros. **14.3 Dividendos propostos:** A administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício de 2012, é proveniente do reflexo da adoção das práticas contábeis internacionais, mais precisamente do ICPC 01 (IFRIC 12). Sendo assim, não ocorreu a realização financeira deste lucro. A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião. O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir. **15. Receita operacional líquida:** A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta	**54.656**	**104.844**
Receita de operação e manutenção	7.962	4.253
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	4.317	63.148
Receita de remuneração dos ativos da concessão	42.377	37.443
Deduções da receita operacional	**(4.333)**	**(3.272)**
PIS	(566)	(428)
COFINS	(2.609)	(1.970)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(858)	(648)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(300)	(226)
Receita operacional líquida	**50.323**	**101.572**

16. Receitas e despesas financeiras:

Receitas Financeiras	31/12/12	31/12/11
Receita de aplicações financeiras	1.373	1.000
Outros	4	7
	1.377	**1.007**
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(12.497)	(14.588)
Outros	(580)	(135)
	(13.077)	**(14.723)**
Resultado financeiro	**(11.700)**	**(13.716)**

17. Instrumentos financeiros: Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) Financiamentos: O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação da TJLP e se aproxima do valor de mercado. b) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (I) Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; (III) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (IV) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) Hierarquia do valor justo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não houveram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como nível II o contas a receber - ativo financeiro. d) Valor justo: As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. **18. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. **19. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R$ 32. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

O Conselho de Administração

A Diretoria

Contadora: Satiko Rosangela Sato Sinbo - CRC 1SP179231/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.** Examinamos as demonstrações contábeis da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos Reapresentação das demonstrações contábeis** Em 18 de maio de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Conforme descrito na nota explicativa 2.4, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar e alterar determinados itens, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão sendo reapresentadas para refletir o efeito das referidas reclassificações e alterações. A presente opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3